

Energen Energias Renováveis S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Energen Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energen Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energen Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Processos investigativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, a qual descreve que: (i) como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft (“Grupo”), após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Statkraft Energias Renováveis S.A. (“SKER”) e de suas controladas, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada à SKER, e o verificado durante essa investigação foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016. Em 15 de outubro de 2021, a Companhia firmou um acordo de leniência com as autoridades federais para um desses casos denunciados e realizou o pagamento de R\$18.019 mil em multas e ressarcimento de vantagens indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pelo Grupo Statkraft. Como fruto do acordo, a Companhia implementará melhorias no seu sistema de conformidade, de forma a assegurar que a Companhia continue a operar no País de acordo com os mais elevados padrões éticos, com tolerância zero para a corrupção. Em relação aos outros casos, no atual estágio, não é possível prever o resultado final; (ii) a SKER, entre outras pessoas físicas e jurídicas relacionadas aos fundos de participação detidos pela Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF e outros fundos de pensão, foi arrolada como parte em uma ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF - ANIPA, cujo objetivo é reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por alegada má administração dos recursos pela FUNCEF, o que, atualmente, vem sendo classificado com avaliação de risco possível. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 1º de abril de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

ENERGEN ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	7	24.620	20.366	Fornecedores	11	3.358	489
Contas a receber	8	2.391	2.636	Salários e encargos sociais		466	351
Tributos a recuperar		3	1	Arrendamentos		82	64
Adiantamentos a fornecedores		3.589	1.659	Impostos a recolher		340	393
Outros ativos		<u>464</u>	<u>418</u>	Imposto de renda e contribuição social		297	336
Total do ativo circulante		<u>31.067</u>	<u>25.080</u>	Outros passivos		<u>388</u>	<u>271</u>
				Total do passivo circulante		<u>4.931</u>	<u>1.904</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber	8	-	1.506	Arrendamentos		91	11
Impostos diferidos		180	180	Provisão para riscos cíveis		35	-
Outros ativos		78	87	Imposto de renda e contribuição social		-	46
Imobilizado	9	76.314	81.841	Impostos a recolher		-	55
Intangível		<u>205</u>	<u>318</u>	Provisão para remoção de imobilizado	10	<u>3.659</u>	<u>3.353</u>
Total do ativo não circulante		<u>76.777</u>	<u>83.932</u>	Total do passivo não circulante		<u>3.785</u>	<u>3.465</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	14 (a)	216.324	216.324
				Prejuízos acumulados		<u>(117.196)</u>	<u>(112.681)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>99.128</u>	<u>103.643</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>107.844</u></u>	<u><u>109.012</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>107.844</u></u>	<u><u>109.012</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGEN ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020
Receita líquida do fornecimento de energia elétrica		16.429	14.654
Receita líquida da prestação de serviços		55	-
RECEITA LÍQUIDA	15	16.484	14.654
Custo do fornecimento de energia elétrica	16. a)	(15.997)	(13.166)
LUCRO BRUTO		487	1.488
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	16. b)	(4.037)	(3.423)
Outras (despesas) receitas	16. c)	(539)	(11)
		(4.576)	(3.434)
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		(4.089)	(1.946)
Receitas financeiras		1.191	1.501
Despesas financeiras		(713)	(357)
RESULTADO FINANCEIRO	17	478	1.144
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(3.611)	(802)
Imposto de renda e contribuição social	13	(903)	(738)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(4.514)	(1.540)
Prejuízo do exercício básico e diluído por ação do capital social - R\$		(0,00024)	(0,00008)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGEN ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(4.514)	(1.540)
Outros componentes do resultado abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(4.514)</u>	<u>(1.540)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGEN ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020		216.324	(111.141)	105.183
Prejuízo do exercício	15	-	(1.540)	(1.540)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>216.324</u>	<u>(112.681)</u>	<u>103.643</u>
Prejuízo do exercício	15	-	(4.514)	(4.514)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>216.324</u>	<u>(117.195)</u>	<u>99.129</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGEN ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo antes dos tributos		(3.611)	(802)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício:			
Depreciação e amortização	9	7.733	7.720
Baixa de ativo imobilizado e intangível	9	71	2.249
Atualização de provisão para remoção de imobilizado		306	126
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber		1.751	3.104
Impostos a recuperar		(2)	26
Adiantamentos a fornecedores		(1.930)	310
Outros ativos		(37)	(362)
Fornecedores		2.869	358
Tributos a recolher		(108)	(110)
Outros passivos		330	(74)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(953)	(757)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>6.419</u>	<u>11.788</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	9	<u>(2.164)</u>	<u>(6.973)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(2.164)	(6.973)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>4.255</u>	<u>4.815</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	20.366	15.551
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7	24.620	20.366
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>4.254</u>	<u>4.815</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGEN ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Energen Energias Renováveis S.A. (“Companhia”) é uma sociedade de capital fechado, de direito privado, com sede em Florianópolis no Estado de Santa Catarina, constituída em 14 de julho de 2006, que tem por objeto social a construção e exploração comercial do Parque Eólico denominado Barra dos Coqueiros, com 34,5 MW de potência instalada, localizado no município de Barra dos Coqueiros - SE. O prazo de duração da sociedade é indeterminado, conforme consta no Art. 4º do estatuto social da Companhia. A Companhia possui como controladora a Statkraft Energias Renováveis S.A. (“SKER”). A SKER é empresa integrante do grupo norueguês Statkraft.

Conforme Despachos do Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da ANEEL nº 2.742, de 31 de agosto de 2012, a unidade geradora UG11, com 1.500 kW de potência instalada, foi liberada para início da operação comercial a partir do dia 1º de setembro de 2012; nº 2.831, de 12 de setembro de 2012, as unidades geradoras UG13 e UG14, com 1.500 kW de potência instalada cada, foram liberadas para início da operação comercial a partir do dia 13 de setembro de 2012; nº 2.940, de 21 de setembro de 2012, as unidades geradoras UG09, UG12 e UG16, com 1.500 kW de potência instalada cada, foram liberadas para início da operação comercial a partir do dia 22 de setembro de 2012 e nº 3.004, de 28 de setembro de 2012, as unidades geradoras UG 01, UG 02, UG 03, UG 04, UG 05, UG 06, UG 07, UG 08, UG 10, UG 15, UG 17, UG 18, UG 19, UG 20, UG 21, UG 22 e UG 23 com 1.500 kW de potência instalada cada, foram liberadas para início da operação comercial a partir do dia 29 de setembro de 2012.

A licença de operação emitida pela Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA), para as atividades da Central Geradora de Energia Eólica (com potência de 30 MW e 23 aerogeradores) (LO nº 72/2021) possui validade até 8 de abril de 2024. Para Subestação Elevadora de 69 KV, LT e Casa de Comando (LO nº 184/2021), a licença possui validade até 24 de setembro de 2024.

A Companhia analisou os impactos do COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem impairment de ativos, descontinuidade operacional, nem que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso das aplicações financeiras, é ajustado para refletir o valor justo, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 01 de abril de 2022.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Ativos e passivos financeiros

A Companhia adota os requerimentos do CPC 48 (IFRS 9) para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar.

a) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos e fornecedores.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.4.1. Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4.2. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou ainda realizar o ativo e simultaneamente liquidar o passivo.

2.4.3. “Impairment” de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por “impairment” são incorridas somente se há evidência objetiva de “impairment” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por “impairment” é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por “impairment” é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o “impairment” com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por “impairment” diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o “impairment” ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de “hedge”

A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros não refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, assim como não realizou operações com derivativos financeiros (contratos de “swap”, troca de moedas ou indexadores, contratos futuros, mercado a termo e de opções, entre outros), neste exercício.

2.6. Contas a receber

O saldo de contas a receber corresponde à venda de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras, contabilizado pelos valores faturados, e recebíveis referentes liquidações do Mercado de Curto Prazo - MCP. A provisão para perdas esperadas é avaliada levando em consideração os riscos na apuração de perdas na realização dos créditos. Na data base das demonstrações financeiras não havia provisão constituída em razão da inexistência de expectativa de perda quanto à realização dos referidos créditos.

2.7. Outros ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado quando das suas obsolescências. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método linear considerando seus custos e seus valores residuais durante sua vida útil técnica estimada (vide nota explicativa nº 9).

2.9. Intangível

Está representado pelos custos correspondentes a aquisição de sistemas de informação e valores de compensações ambientais. Os softwares são amortizados pela vida útil esperada pela sua utilização, e as compensações ambientais pelo prazo de autorização da usina.

2.10. Redução ao valor recuperável

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Em 31 de dezembro de 2021, não há indicação de desvalorização que possa requerer a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação.

2.11. Custos de desmobilização do parque eólico

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás, (ii) eixo, (iii) motor, (iv) seções de torre de aço, (v) painéis elétricos e outros.

Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Para o custo de desmontagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

2.12. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Já as contas a pagar apresentadas como passivo não circulante, são as devidas num prazo maior que 12 meses.

2.13. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produção de energia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia se critérios específicos tiverem sido atendidos. A obrigação de desempenho é atendida quando a energia elétrica é gerada e disponibilizada na rede de transmissão ou distribuição de energia, ocorrendo neste momento o volume de energia elétrica entregue valorizado pelo valor estabelecido em contrato.

2.14. Imposto de renda e contribuição social

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de Lucro Presumido para apuração do imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o resultado. Nesse regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas, acrescida das demais receitas auferidas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

2.15. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

Os riscos cíveis, trabalhistas e tributários passivos são provisionados levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, as naturezas das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, ou ainda quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas nas demonstrações financeiras, enquanto as classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

2.16. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada em assembleia de acionistas, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social da Companhia, após absorção de saldos de prejuízos acumulados.

2.17. Autorização não onerosa

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia obteve da ANEEL àquela data, a autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, não sendo requerido qualquer pagamento pelo Uso do Bem Público - UBP. A Companhia analisou a referida autorização e o contrato de venda de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e concluiu que os mesmos estão fora do alcance da interpretação técnica ICPC 01 – “Contratos de Concessão”. Em decorrência, e como requerido pela orientação técnica OCPC 05, foi aplicado o pronunciamento técnico CPC 27 – “Ativo Imobilizado” (substancial revisão da vida útil dos bens), e CPC 47 – “Receita de Contrato de Cliente”.

2.18. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

As seguintes normas foram emitidas pelo IASB no exercício de 2021:

- CPC 06 (R2) (IFRS 16) – “Arrendamentos”: Em 28 de maio de 2020, o IASB alterou a norma IFRS 16 estabelecendo medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel decorrentes de resultados diretamente relacionados à COVID-19. Tais alterações consideram que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento, reconhecendo os efeitos da concessão de forma apropriada em cada caso. Estas tratativas devem ser aplicadas apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:
 - a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança.
 - b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 31 de dezembro de 2021.
 - c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

Até o fechamento do exercício, a Companhia não teve alterações em seus contratos de arrendamentos que refletissem benefícios ou concessões decorrentes do COVID-19 e, portanto, não aplicou as alterações previstas na IFRS 16 (conforme emitidas pelo IASB em maio de 2020).

- CPC 48 (IFRS 9) – “Instrumentos Financeiros”: A norma foi revisada incluindo o termo ‘Reforma da taxa de juros de referência’ que refere-se à uma taxa de juros de referência, reformada em todo o mercado, levando à necessidade de mudança na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais que geram os ativos e passivos financeiros ou instrumentos de “hedge”. A remensuração de ativos e passivos financeiros decorrente da alteração da taxa de juros de referência é exigida somente se ambas as condições forem atendidas:
 - a) a mudança é necessária como consequência direta da reforma da taxa de juros de referência.
 - b) a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior (ou seja, a base imediatamente antes da mudança).

A Companhia não identificou alterações em taxas de juros de referência que impactem os fluxos de caixa que geram seus ativos e passivos financeiros até o fechamento do exercício.

- CPC 26 (R1) (IAS 1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: As alterações emitidas pelo IASB especificam os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:
 - a) O que significa um direito de postergar a liquidação;
 - b) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
 - c) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
 - d) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis das informações anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a despesa de depreciação com base na vida útil técnica estimada para cada grupo de ativos imobilizados, limitados ao prazo de autorização. Anualmente a Companhia avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. A Companhia realiza a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre:

(i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos por meio da realização de análises.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas “Imobilizado”, “Intangível”. A Companhia não encontrou indicativos de perda de recuperabilidade nos ativos para o exercício de 2021.

c) Custos de desmobilização dos parques eólicos

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros.

Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

d) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

4. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Companhia expõem a mesma à diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos ao seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Statkraft, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como pelas políticas de tesouraria da Statkraft Energias Renováveis S.A. sua controladora. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

(i) Risco com taxa de juros

O risco com taxa de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas ao financiamento contratado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento/recebimento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) Risco com taxa de câmbio

O risco com taxa de câmbio é oriundo da exposição da Companhia em outras moedas estrangeiras em relação a possíveis perdas decorrentes caso haja desvalorização da moeda Real em relação a elas.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira, não existindo, assim, exposição a esse risco.

(iii) Risco de crédito

O risco de crédito é oriundo das partes terceiras à Companhia que podem deixar de cumprir suas obrigações para com a mesma, principalmente em relação às contas a receber. Contudo, a Companhia possui um único contrato de venda de energia de reserva (CER), com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que é uma entidade civil sem fins lucrativos que atua na medição e liquidação financeira dos contratos de compra e venda no mercado de curto prazo, garantindo o fornecimento e modicidade tarifária do mercado brasileiro de energia. Pela característica da parte com qual a Companhia mantém o contrato de venda, a Administração entende que o risco de crédito está mitigado.

(iv) Risco de liquidez

Consiste no risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características do financiamento contratado.

Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	<u>24.620</u>	<u>20.366</u>
	<u>24.620</u>	<u>20.366</u>
Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Contas a receber	<u>2.391</u>	<u>4.142</u>
	<u>2.391</u>	<u>4.142</u>
Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Fornecedores	<u>3.357</u>	<u>489</u>
	<u>3.357</u>	<u>489</u>

6. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras Companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total do financiamento (incluindo parcelas de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, como apresentado no balanço patrimonial. Como em 2015 a Companhia optou por liquidar o financiamento que possuía por meio de capitalização efetuada pelos acionistas, o cálculo do índice de alavancagem não é mais apresentado, já que não há mais financiamentos e que a dívida líquida seria caracterizada por uma sobra de caixa.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata conforme segue:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Contas bancárias em moeda funcional	13	5
Aplicações financeiras com liquidez imediata	<u>24.607</u>	<u>20.361</u>
	<u>24.620</u>	<u>20.366</u>

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários (CDB) e são remunerados a taxas em média 98,28% do CDI. São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

8. CONTAS A RECEBER

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Fornecimento de energia elétrica	1.758	1.628
Contas a receber de partes relacionadas (ii)	18	8
Geração excedente aos contratos (CER) (i)	<u>615</u>	<u>2.506</u>
	<u>2.391</u>	<u>4.142</u>
Apresentados como:		
Circulante	2.391	2.636
Não circulante	-	1.506

- (i) Saldo se refere integralmente ao Contrato de Energia de Reserva (CER) firmado em 25 de novembro de 2010, com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, no âmbito do 20º Leilão para Contratação de Energia de Reserva proveniente de Centrais Geradoras Eólicas, promovido pela ANEEL, realizado 14 de dezembro de 2009, conforme Edital 003/2009-ANEEL, estabelecendo dentre outras, as seguintes condições: (a) que o contrato terá duração de 20 anos, a partir de 10 de Julho de 2012, início do período de suprimento; (b) que a energia contratada é de 10 MW médios, sendo a Garantia Física da usina de 10,5 MW médios; (c) que o preço de venda é R\$152,50/MWh com base em dezembro/2009 e deverá ser corrigido monetariamente, a cada 12 meses, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA; e (d) que a Receita de Venda do Contrato, composta pela Receita Fixa e pela Receita Variável, é definida com base no preço de venda e nos montantes de energia contratada e energia gerada, será paga no âmbito da Liquidação Financeira relativa a contratação de Energia de Reserva, mediante utilização de recursos financeiros advindos exclusivos da CONER (Conta de Energia de Reserva).

Quadrienalmente é efetuada apuração da geração de energia elétrica e o total de energia vendida conforme CER, e as diferenças positivas e negativas são liquidadas entre as partes. Ainda, quando há geração inferior ao contratado o montante de energia é reduzido conforme média da produção do quadriênio anterior respectivo. Em junho de 2016, houve o encerramento do primeiro quadriênio do CER e foi verificado que o montante gerado foi inferior ao contratado, fazendo assim com que o volume contratado fosse reduzido de 10MW médios para 7,7 MW médios. Esse montante será revisto ao final do quadriênio vigente, e sendo apurado que a geração média foi superior a 7,7 MW médios, o volume será reestabelecido, limitado ao volume contratado originalmente no CER – 10MW médios. O valor apresentado no longo prazo representa o montante de geração excedente ao volume contratual vigente. Este volume será liquidado conforme marcos contratuais de liquidação financeira;

- (ii) Saldo referente ao compartilhamento de custos entre as empresas do Grupo.

9. IMOBILIZADO

Abaixo se encontra demonstrada a movimentação de imobilizado, bem como suas respectivas taxas de depreciação anual:

	Terrenos	Ferramentas, Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Aerogeradores	Móveis e utensílios	Edifícios	Arrendamentos	Imobilizado em Andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	643	539	1.957	72.554	415	33	146	8.412	84.699
Custo histórico	787	599	2.752	135.730	703	57	221	8.412	149.261
Depreciação acumulada	-	(54)	(486)	(44.509)	(265)	(19)	(75)	-	(45.408)
Redução ao valor recuperável dos ativos	(144)	(6)	(309)	(18.667)	(23)	(5)	-	-	(19.154)
Adições	-	3	-	-	17	-	-	6.953	6.973
Baixas custo	-	-	-	-	-	-	-	(2.249)	(2.249)
Transferências custo	-	153	-	-	3	-	-	(156)	-
Depreciação	-	(43)	(81)	(7.302)	(79)	(2)	(75)	-	(7.582)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	643	652	1.876	65.252	356	31	71	12.960	81.841
Custo histórico	787	755	2.752	135.730	723	57	221	12.960	153.985
Depreciação acumulada	-	(97)	(567)	(51.811)	(344)	(21)	(150)	-	(52.990)
Redução do valor recuperável dos ativos	(144)	(6)	(309)	(18.667)	(23)	(5)	-	-	(19.154)
Adições	-	-	-	-	-	-	-	2.164	2.164
Baixas custo	-	-	-	-	-	-	(221)	-	(221)
Baixas depreciação	-	-	-	-	-	-	150	-	150
Transferências custo	-	636	-	323	105	1.677	286	(3.027)	-
Depreciação	-	(70)	(81)	(7.309)	(44)	(20)	(96)	-	(7.620)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	643	1.218	1.795	58.266	417	1.688	190	12.097	76.314
Custo histórico	787	1.391	2.752	136.053	828	1.734	286	12.097	155.928
Depreciação acumulada	-	(167)	(648)	(59.120)	(388)	(41)	(96)	-	(60.460)
Redução do valor recuperável dos ativos	(144)	(6)	(309)	(18.667)	(23)	(5)	-	-	(19.154)
Taxa média depreciação anual %	-	5,0	2,9	5,4	5,3	1,2	33,6	-	-

(*) Em 2021, não foram encontrados indicativos de desvalorização que pudessem requerer o reconhecimento de provisão ao valor de recuperação dos ativos.

(**) Os arrendamentos são representados pela locação de veículos destinados a viabilizar as atividades da planta.

10. PROVISÃO PARA REMOÇÃO DE IMOBILIZADO

Os parques eólicos não estão sujeitos a devolução ao poder concedente e não há obrigação legal de remover os equipamentos do local onde estão instalados. Apesar disso, o departamento de desenvolvimento de negócios reavaliou a abordagem da Companhia, e a partir desta análise considera que a remoção da planta de energia do local instalado é necessária com o objetivo de retornar a área às condições mais próximas possíveis ao status original. Os gastos de desmobilização foram mensurados considerando estimativas que se basearam nas informações disponíveis para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento. Assim, a Companhia aplicou a interpretação técnica ICPC 12 - Mudanças de Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, registrando a provisão apurada a partir de sua melhor estimativa dos custos a incorrer na desmontagem desses equipamentos ao término da autorização, descontados a valor presente considerando uma taxa real de juros baseada no CDI descontado pela inflação medida conforme o IPCA.

Os custos de desmobilização mensurados e capitalizados na Companhia na data da avaliação totalizaram o montante de R\$2.985. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo da provisão é de R\$3.659 (R\$3.353 em 31 de dezembro de 2020).

11. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores pode ser assim apresentado:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Fornecedores de mercadorias e serviços	3.312	197
Serviços tomados de partes relacionadas	<u>45</u>	<u>292</u>
	<u>3.357</u>	<u>489</u>

12. PARTES RELACIONADAS

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Contas a receber:		
Macaúbas Energética S.A.	(i) 17	-
Novo Horizonte Energética S.A.	(i) -	8
Oslo III S.A.	(i) <u>1</u>	<u>-</u>
	<u>18</u>	<u>8</u>
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Passivo circulante</u>		
Partes relacionadas:		
Statkraft Energias Renováveis S.A.	43	287
Macaúbas Energética S.A.	(i) 1	5
Santa Rosa S.A.	(i) <u>1</u>	<u>-</u>
	<u>45</u>	<u>292</u>

		<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receita de serviços com partes relacionadas:			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(i)	1	-
Macaúbas Energética S.A.	(i)	57	16
Novo Horizonte Energética S.A.	(i)	-	6
Seabra Energética S.A.	(i)	1	-
		<u>59</u>	<u>22</u>
Custo na compra de energia elétrica:			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(i)	(1.061)	(911)
Macaúbas Energética S.A.	(i)	(1)	(10)
Santa Rosa S.A.	(i)	(21)	-
		<u>(1.083)</u>	<u>(921)</u>
Despesas gerais e administrativas:			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(ii)	(622)	(457)
Santa Rosa S.A.	(ii)	(5)	-
Seabra Energética S.A.	(ii)	-	(6)
Macaúbas Energética S.A.	(ii)	(23)	-
Passos Maia Energética S.A.	(ii)	(6)	-
		<u>(656)</u>	<u>(463)</u>

(i) Serviços de Manutenção e Operação firmados entre as empresas do Grupo.

(ii) Gerenciamento de atividades de operação e compartilhamento de custos administrativos.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia não efetuou pagamento a título de remuneração aos administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 uma vez que sua remuneração é paga pela Statkraft Energias Renováveis S.A. As despesas correspondentes são repassadas à Companhia por meio de compartilhamento de gastos, registrados na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os tributos devidos sobre o lucro tributável foram apurados consoante facultado pela Lei nº 9.718/98, observando o regime de lucro presumido, como a seguir demonstrado:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Base de cálculo presumido	20.346	18.611	20.346	18.611
Presunção do lucro tributável - %	8%	8%	12%	12%
IRPJ e CSLL	1.628	1.489	2.442	2.233
Outras receitas	1.111	849	1.111	849
Base de Cálculo	2.739	2.338	3.553	3.082
Alíquotas aplicáveis - %	25%	25%	9%	9%
Total	<u>(685)</u>	<u>(584)</u>	<u>(320)</u>	<u>(277)</u>
Outros efeitos em tributos	50	64	28	35
Dedução adicional IRPJ	24	24	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	<u>(611)</u>	<u>(496)</u>	<u>(292)</u>	<u>(242)</u>

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social da Companhia apresentado é de R\$216.324.

O capital social é representado apenas por ações ordinárias nominativas assim distribuídas:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Statkraft Energias Renováveis S.A.	19.047.168.195	19.047.168.195
Água Quente Participações Ltda.	<u>1.305.000</u>	<u>1.305.000</u>
	<u>19.048.473.195</u>	<u>19.048.473.195</u>

b) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

15. RECEITA LÍQUIDA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receita bruta da prestação de serviços	59	22
Tributos sobre a prestação de serviços	<u>(4)</u>	<u>(7)</u>
	55	15
Receita bruta da venda de energia elétrica	17.051	15.194
PIS sobre a venda de energia elétrica	(111)	(99)
COFINS sobre a venda de energia elétrica	<u>(511)</u>	<u>(456)</u>
	16.429	14.639
	<u>16.484</u>	<u>14.654</u>

16. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Compra de energia	(43)	(27)
Depreciação e amortização	(7.733)	(7.721)
Serviços de terceiros	(2.483)	(855)
Serviços tomados de partes relacionadas	(1.083)	(921)
Encargos setoriais	(2.167)	(2.022)
Seguros fianças e comissões	(451)	(369)
Custos com pessoal	(2.037)	(1.251)
	<u>(15.997)</u>	<u>(13.166)</u>

b) Despesas

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Serviços de terceiros	(2.167)	(1.835)
Serviços tomados de partes relacionadas	(656)	(463)
Viagens e estadias	(158)	(82)
Propaganda e publicidade	(35)	(34)
Impostos e taxas	(21)	(26)
Aluguel	(161)	(107)
Despesas com pessoal	(626)	(704)
Outros	(213)	(172)
	<u>(4.037)</u>	<u>(3.423)</u>

c) Outras receitas (despesas)

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Indenizações de seguros	261	-
Outras receitas	-	4
Condenações judiciais	(47)	(15)
Perda na baixa de ativo imobilizado	(734)	-
Outras despesas	(19)	-
	<u>(539)</u>	<u>(11)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	991	442
Variação cambial ativa	171	877
Outras Receitas financeiras	29	182
	<u>1.191</u>	<u>1.501</u>

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Despesas financeiras		
Variação cambial passiva	(26)	(186)
Despesas financeiras sobre contratos de energia	(637)	-
Outras despesas financeiras	(50)	(171)
	<u>(713)</u>	<u>(357)</u>
	<u>478</u>	<u>1.144</u>

18. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E FISCAIS

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Em 2021 e 2020, não há perdas consideradas prováveis, sendo assim não foram constituídas provisões para o exercício.

Contingências possíveis

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2021, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Trabalhistas	35	40
Fiscais	<u>2.932</u>	<u>4.459</u>
	<u>2.967</u>	<u>4.499</u>

Processos investigativos

- a) Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da sua controladora SKER, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a esta subsidiária, sendo que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016. Em 15 de outubro de 2021, a Companhia firmou um Acordo de Leniência com o poder público federal para um dos casos denunciados e realizou o pagamento de R\$18.019 mil em multas e ressarcimento de vantagens indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft. Como fruto do acordo, a Companhia implementará melhorias no seu sistema de conformidade, de forma a assegurar que a Companhia continue a operar no País de acordo com os mais elevados padrões éticos, com tolerância zero para a corrupção. No estágio atual, não é possível prever o resultado final para os outros casos relatados.
- b) A sua controladora SKER e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF ("ANIPA") que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a SKER, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível, e ilíquida.

A controladora da Companhia é ré, entre outros, na ação civil pública cumulada com ação por ato de improbidade administrativa ajuizada inicialmente pelo Ministério Público Federal, e atualmente pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina (em razão de declínio de competência), em virtude de supostos atos de improbidade administrativa na obtenção das licenças ambientais de instalação de usinas eólicas do Parque de Água Doce, no valor histórico de R\$1,3 bilhão. Esta ação judicial tem avaliação de perda possível indicada pelos seus patronos, sendo, contudo, ilíquida para a fase processual em que se encontra o processo.

19. OUTROS RISCOS

a) Risco de não prorrogação da autorização

A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica (nota explicativa nº 1), sem nenhum pagamento pelo uso do bem público (nota explicativa nº 2.18). Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização hoje outorgada à Companhia será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

b) Risco da não entrega da energia contratada

É o risco de que a Companhia não entregue 100% da energia contratada em cada quadriênio. O contrato de venda de energia estabelecido entre a Companhia e a CCEE prevê entrega mínima anual de 90% da energia contratada para que não haja penalidade de 15% entre a diferença do volume entregue e o limite mínimo anual. Caso a Companhia não consiga em quadriênios entregar 100% do volume contratado, a diferença não entregue poderá ser compensada por meio de contrato de cessão com outro empreendimento eólico que tenha contrato estabelecido no mesmo leilão que a Companhia. Contudo, caso não seja possível essa negociação, a diferença negativa deverá ser ressarcida em 12 parcelas mensais a partir do quadriênio subsequente, sempre valorados à preço vigente do contrato.

20. SEGUROS

A controladora Statkraft Energias Renováveis S.A. mantém apólices de seguros de riscos operacionais e responsabilidade civil, com cobertura determinada por orientação de especialistas, as quais abrangem as operações da Companhia.
